

O compromisso entre teoria econômica e política econômica*

Luiz Gonzaga Belluzzo[§]

Formação acadêmica

Fui aluno do Colégio São Luís, e naquela época era comum os adolescentes passarem por uma crise mística, o fascínio da transcendência. A minha família não era particularmente religiosa, mas o colégio, a convivência suscitou isso. Tem muito a ver também com a relação com seus mestres. O meu professor de religião era um mestre formado em filosofia, como todo bom jesuíta. Eles passavam três anos ensinando nos colégios. Enfim, achava que era a minha vocação ser jesuíta. Fui para o seminário menor com onze para doze anos. Saí aos 17

Deve-se lembrar que, naquele momento, no final de 50 e começo de 60, a Igreja estava sofrendo uma transformação. A partir de João XXIII, os padres que vinham da Europa já vinham com outra visão do mundo. A Igreja foi afetada pelo clima do pós-guerra, assumindo uma posição clara em relação à justiça social. Aqui, no Brasil, ela ainda era muito conservadora. O cardeal do Rio era um reacionário terrível. Os jovens padres chegavam da Universidade Gregoriana sem batina, de *clergyman* e cantando as músicas de Domenico Modugno.

Não me arrependo nem um pouco dessa decisão de ir para o seminário menor. Ao contrário, considero-a hoje acertada, sábia, por várias razões. Primeiro porque foi possível testar a vida religiosa. Mas no seminário menor havia também contato com a vida laica. Para um menino de classe média brasileira, sublinho brasileira, foi uma permanente lição de modéstia, humildade e muita disciplina. Concentração nos estudos, respeito aos horários, uma vida regrada e ordenada, fora dos padrões de uma classe média ascendente, pretensiosa e cheia de certezas.

* Entrevista realizada com o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo pelo Prof. José Márcio Rego, da FGV-SP, e Paulo Gala, doutorando da FGV-SP.

§ Professor da UNICAMP.

Estudávamos latim e um pouco de grego. Latim é mais difícil do que o grego, apesar da expressão popular sugerir o contrário (“será que estou falando grego?”). O ensino escolástico tem suas vantagens e desvantagens. A vantagem é que não se pode ir pulando as coisas, tem que ir passo a passo, memorizar e ser bastante rigoroso. Mesmo que as premissas não estejam corretas, você tem que fazer a demonstração. Não é possível engabelar o outro assim, sem mais. Mas tem uma desvantagem. Este rigor entregue à sua própria lógica também é uma técnica de embalsamar o pensamento morto.

Esse treinamento ajudou-me no vestibular para a Faculdade de Direito. Quando saí do seminário não tinha claro se ia fazer Direito, Filosofia, Ciências Sociais. Quando voltei para o colégio São Luís, padre Victor Gialuisi disse: “Ah, por que você vai fazer Direito, o Brasil está cheio de doutores, de advogados, por que você não faz Economia? O Brasil precisa de técnicos” O São Luís tinha uma faculdade de Economia. Meu pai não metia o bedelho em nada - tanto que permitiu minha ida para o seminário com 12 anos - e ficou espantado: “Você vai fazer o quê? Economia?” Ele achava que Economia era um curso de contábeis - os tempos mostraram que é um nobre saber -, mas não tinha prestígio na tradição da universidade brasileira. Acabei fazendo Direito e no ano seguinte entrei no curso de Ciências Sociais, onde fui aluno do Fernando Henrique no curso de Introdução à Sociologia. Ele era um bom professor, essa qualidade ninguém pode negar a ele. Um professor muito estimulante. Organizou junto com o Octavio Ianni um livro chamado *Homem e Sociedade*. Foi nele que travamos os primeiros contatos com os textos clássicos de Sociologia.

Nesse período comecei a achar interessante também o curso de Economia nas Ciências Sociais. Fiz dois cursos na Dr. Vila Nova. Junto com o João Manuel fiz o curso de Desenvolvimento Econômico, da cadeira do Delfim Netto, um curso de Macroeconomia. O João Manuel e eu decidimos fazer a pós-graduação em Economia. Como só tinha o curso do IPE, fomos falar com o Colasuonno, que nos disse: “Olha, infelizmente não é possível” Naquela época, no Brasil, não era possível a um não economista fazer pós-graduação em Economia.

Eu já estava me preparando para casar e ir para a Polônia fazer o curso do Kalecki. Porém, em 1965 ou 1966, a Prefeitura de São Paulo resolveu patrocinar o curso da Cepal no Brasil. O João Manuel disse: “Não vai para a Polônia, ‘baita’ negócio frio, longe para burro, não tem o Palmeiras lá e você vai ficar muito chateado, vamos fazer o curso da Cepal” Pronto, fiquei.

A Cepal mandou a fina flor dos seus técnicos e professores da equipe para o curso de São Paulo. O meu professor de Introdução à Economia foi o Castro, aliás um magnífico professor, o Castro nasceu para isso. Participaram do curso o Luís Pereira, que tinha sido meu professor

de Sociologia e morreu em 1986, uma figura magnífica, Fausto Castilho, João Manuel, Eduardo Kugelmas, Luís Antonio Oliveira Lima, Gabriel Cohn e Carlos Eduardo Gonçalves.

Encerrado o curso, fui dar aula na PUC - na Pontifícia Universidade Católica, indicado pelo Wilson Cano, que foi para o escritório Cepal BNDES. Ele me passou a turma e fiquei dando aula de Introdução à Economia. Eu era muito jovem, tinha 23 para 24 anos. A primeira aula é uma coisa terrível. É uma experiência assustadora. Com o passar do tempo, você relaxa, perde a vergonha. Mas até hoje tenho que preparar as aulas dois dias antes. Tem gente que brinca comigo: “Você é louco, preparar aula?” Não tem jeito, eu preparo a aula. Posso não conseguir levar a aula escrita para a classe, mas tenho que rabiscá-la. O Luís Antonio também é assim, tem que escrever a aula.

A constituição do curso de Economia da Unicamp

Por volta do período em que iniciei minha atividade docente, o Zeferino Vaz tinha sido nomeado reitor *pro tempore* com a missão de formar a Universidade Estadual de Campinas, criada por uma lei de 1962. Ele queria montar um Departamento de Economia que tivesse uma orientação um pouco mais ligada ao desenvolvimento econômico, ao planejamento etc. Como nós éramos cepalinos, ele nos levou para lá. Isso começou a ser feito em meados de 1967. O primeiro curso foi ministrado em 1968. O Zeferino era muito prático. Ele perguntou-me: “Quanto é que você ganha na PUC? Quanto é que você ganha nessa coisa de consultoria?” Aí fez uma conta: “Então seu nível é o de professor adjunto” Depois avisou: “Vocês primeiro têm que fazer um projeto de pesquisa” Então nós fizemos um projeto coletivo de pesquisa sobre a política econômica no Brasil nos 30 anos anteriores a 1968. Nesse projeto estavam envolvidos o Wilson Cano, o Gonça, o Lucas Gamboa, o João Manuel, nosso decano, Ferdinando Figueiredo. Era preciso tratar da crise do início dos anos 1960, da ruptura política e do milagre brasileiro. Tratar, enfim, dos rumos da industrialização, da crítica ao estagnacionismo e das teorias do desenvolvimento. Foi o que gerou as teses.

Meu projeto original era sobre o período de industrialização pesada. No *Capitalismo Tardio*, de João Manoel, essa era a caracterização do período Juscelino, de 1956 a 1961. A Conceição, que sempre conta essa história com humor, comentava: “Ah, mas você é doido. Está tudo errado. Larga esse negócio sobre o Juscelino, você tem que fazer uma coisa teórica” Comecei então a trabalhar na Teoria do Valor e da Distribuição, um tema em voga na época, cuja importância foi exagerada pela chamada controvérsia de Cambridge. Embora a Conceição estivesse meio no Chile, meio aqui, nós começamos a trabalhar nas questões relativas à distribuição, o que deu origem aos artigos do livro *A Controvérsia Brasileira sobre a Distribuição de Renda*.

O meu trabalho de tese está no livro *Valor e Capitalismo*, que consumiu um enorme trabalho de leitura. O livro tem só 120 páginas. No entanto, só para reler *O Capital* e os *Grundrisse* levei um tempo enorme. Para percorrer toda a literatura da controvérsia - a ricardiana, a marxista e a neoclássica - levei uns quatro anos. Hoje, na universidade moderna, eu seria considerado improdutivo.

O primeiro teste público dos nossos trabalhos veio com a reunião da ANPEC de 1973. Eu já estava com a tese bem encaminhada e apresentei um texto sobre a controvérsia, mais especificamente sobre o modelo do Sraffa. A sala estava cheia, pois na época esses temas atraíam. Quem fez a crítica do artigo foi aquele professor da *New School*, o Lance Taylor, que se encontrava na PUC do Rio àquela época.

O Pastore e o Langoni estavam lá também, sentados na primeira fila. Terminado o debate, já na porta da sala, o Pastore disse que o Sraffa tinha entendido de formação de preços no capitalismo porque sugeriu, de passagem, quando trata de mercadoria-padrão, que a taxa de juros deveria ser tratada como a variável independente do modelo. Eu sempre me dei muito bem com o Pastore. Apesar das orientações teóricas diferentes, temos uma concepção jurássica do ensino e do trabalho intelectual. Outro dia eu o encontrei no Aeroporto do Rio: “Pastore, o que você veio fazer?” “Dar minha aula na EPGE” “Mas você não está no IBMEC?” Ele falou: “Não, eu não dou aula para cara que quer fazer operação em mesa de corretora. Eu dou a aula que eu quero, para os alunos que eu quero, não quero saber de aluno que fica me enchendo o saco” Ele tem razão, é preciso fugir dessa turma que só quer saber para que serve a leitura de um autor clássico.

Até 1975 eu me dediquei quase que exclusivamente ao tema do valor, do dinheiro e do capital. Era impossível não perceber a importância do aspecto monetário no *Capital*. Salvo os filósofos - alemães, italianos, franceses -, os economistas não percebiam que, entre outras coisas, Marx pensava o capitalismo como uma economia monetária. Foi deste ponto de vista que comecei a me aprofundar em teoria monetária. Aliás, essa era uma das conclusões principais da minha tese.

Eu estava relendo a entrevista da Conceição no livro *Conversas com Economistas*, onde ela faz notar como lemos de forma diferente um autor em cada momento. O significado da leitura é construído socialmente. Nós tínhamos lido o Keynes da síntese neoclássica. Mas as críticas do Friedman, do Leijonhufvud, do Lucas, nos obrigaram a uma reinterpretação da teoria keynesiana.

Começamos a fazer um estudo aprofundado do Keynes, na direção das idéias que o Paul Davidson elaboraria depois no seu *Money and the Real World*. Na época, a macroeconomia

keynesiana era ensinada nos manuais do Gardner Ackley e do Shapiro. Porque até o começo dos 70 a leitura da *Teoria Geral* era de outra vertente. Era a leitura do keynesianismo bastardo. Quando a Joan Robinson veio aqui eu fiz a saudação a ela, comecei a falar, ela comentou: “Mas esse é o Keynes que nós gostamos!” A propósito, ela era impiedosa. Hayek, no livro sobre o *Treatise on Money*, queixa-se do seu autoritarismo. No artigo sobre a “segunda revolução” na teoria econômica, ela contava maldosamente que ele tentou explicar a depressão pela falta de poupança, recorrendo a “estranhos triângulos” Tivesse vivido mais, ela teria vários ataques de fúria.

Ela foi importante na nossa releitura de Keynes porque, na verdade, já tínhamos lido todos os artigos dela que estavam no *Collect Papers*, que então estavam publicados em três volumes. O Sebastião Advíncula da Cunha, grande figura, trouxe o quarto volume da Inglaterra. Um livro muito importante foi o do Dudley Dillard. O Dillard vai no ponto. Fomos reler o Dillard antes de entrar propriamente na *Teoria Geral*.

Dessa rediscussão participou muita gente, o Luciano Coutinho, que já havia chegado de Cornell, a Conceição, o Fred, o Braga, o Alonso. O Luís Antonio e eu estudávamos a *Teoria Geral* três vezes por semana. Nós éramos notívagos, depois saíamos à noite, bem no final da noite para jantar, curtir os botecos. Na Unicamp, os cursos de macro no mestrado eram, na verdade, seminários sobre a *Teoria Geral* e o *Treatise on Money*.

Da teoria econômica para a política econômica

Foi nesse período que ampliamos a nossa participação na discussão pública da política econômica. Tínhamos entrado para o MDB e começamos a trabalhar com o Ulysses Guimarães. Esta participação originava-se do nosso próprio trabalho no Departamento de Economia da Unicamp, e teve uma influência enorme do Luciano Coutinho. Ele e a Conceição ensinavam economia internacional de uma perspectiva histórica e política, o que enriqueceu muito a discussão. O *Treatise on Money*, por exemplo, é um livro que trata das questões monetárias internacionais da perspectiva dos problemas de seu tempo. Aliás, com o tempo Keynes foi abandonando o teorema das vantagens comparativas. Keynes era muito prático, e nas propostas para as reformas de Bretton Woods ele imaginou um mundo de economias nacionais, integradas, sim, pelo comércio. Certo ou errado, ele dizia ter apreendido que a integração das economias por meio do comércio era desejável, mas os mecanismos de ajustamento entre deficitários e superavitários deveriam ser administrados mediante a intervenção de um organismo supranacional. Integração financeira, nem pensar. Acho que ele não só tinha razão na época, como suas concepções são muito atuais. O capitalismo não tem limites, é um cavalo doido e precisa de freios.

A nossa formação cepalina sempre resguardou essa dimensão internacional, desde o Prebisch, que trata desse assunto, da relação centro-periferia, até o Celso Furtado. É um equívoco dizer que a Cepal era a favor do fechamento da economia. A Cepal tinha uma visão crítica da divisão internacional do trabalho, da estruturação da economia capitalista do século XIX que já havia caducado nos anos 20 e 30. A substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como centro hegemônico acentuou as assimetrias. Para as grandes economias periféricas não havia outra saída senão a industrialização. E o Prebisch acentuou muito os aspectos monetários, financeiros e tecnológicos das relações centro-periferia, mas poucos deram atenção às suas idéias.

Lembremos que Prebisch foi o primeiro presidente do Banco Central da Argentina. Ele percebia como as questões de política monetária operavam num país periférico. E a Argentina tinha sofrido um trompaço na década de 30. Levou um trompaço e eu não sei se esse foi tão grave quanto o que ela está levando agora. É muito difícil você fazer este tipo de avaliação porque você não consegue reproduzir exatamente como eram as reações na época. Mas eu imagino, por exemplo, que a Alemanha entre 1928 e 1933 passou por uma coisa semelhante, quando os social-democratas tentaram manter a confiança dos mercados.

Uma das questões cruciais no anos 60 no Brasil era a da distribuição de renda. Os artigos do Fishlow e do Malan sobre este tema foram importantes, mas, se não estou enganado, foram posteriores ao famoso *Além da Estagnação* do Serra e da Conceição. Ali eles apontaram os elementos centrais do dinamismo da economia brasileira no período do milagre. Num livro bem conhecido, o Langoni respondeu às críticas à distribuição de renda com a teoria do capital humano. Mas havia outros temas cruciais.

Depois da crise do petróleo ficou claro o problema da trajetória do crescimento com endividamento crescente. A questão central era a viabilidade do II PND, um salto para frente, mas com uma fragilidade básica: o esquema de financiamento externo levaria à crise cambial. Havia toda uma discussão se o modelo era ou não era sustentável, com direito a réplicas e tréplicas. Foi nesse período que saíram, em profusão, artigos e livros como *Acumulação e Crise*, da Conceição. O *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, que editei com a Renata Coutinho, era, na verdade, um resumo do debate. O livro do Paulo Davidoff sobre a dívida externa foi um marco na discussão. Nós nos concentramos muito nessa discussão sobre a sustentabilidade.

Houve algumas divergências sobre o caráter do II PND. Por exemplo, o Paulo Baltar e o Mário Possas publicaram um artigo sobre a demanda efetiva e o Castro fez uma crítica. E eu e a Conceição retrucamos com um artigo curto e ácido (acho que exageramos na dose). O

Castro ficou sentido, e com razão. Na verdade, a Conceição viajou e quem escreveu a versão final do artigo fui eu. Eu sempre tive, e ainda tenho, boas relações com ele, mas tivemos divergências. Ninguém deve se ofender com isso. O problema é que no calor da batalha há o risco de excessos verbais, utilizando-se de alguns tons acima do que recomendam as regras da boa convivência. Ele disse que o Keynes empobreceu o debate econômico porque se afastou da teoria dos ciclos que Marx e Schumpeter tinham deixado como herança. Mas eu não podia concordar com a formulação do princípio da demanda efetiva que ele apresentou. Depois tivemos divergência sobre o II PND, quando ele publicou *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Ele defendia a tese do “superávit estrutural” e nós dizíamos que íamos ter uma crise de financiamento, uma crise de endividamento. Começou a discussão das alternativas dentro do MDB e na academia. Esta discussão relacionava-se à discussão das reformas econômicas.

Por exemplo, houve toda uma discussão sobre a reforma financeira e bancária, sobre a questão do financiamento do desenvolvimento. Daí surgiu a controvérsia sobre a reforma do sistema financeiro doméstico que, diga-se, é um cadáver insepulto. A crise do endividamento externo e as tentativas de estabilização - os choques - dificultaram o tratamento de temas mais fundamentais. No entanto, o assunto foi sendo empurrado com a barriga até chegar a essa desgraça: desnacionalizaram o sistema bancário, “privatizaram” o que restou do público (o BNDES e o Banco do Brasil estão cheios de sabichões do mercado) e não se resolveu o problema do financiamento.

Em 1979 o choque do petróleo e o Volker encerraram, de forma dramática, o ciclo de financiamento externo iniciado em meados dos anos 1960. Em 1981, com o barco já fazendo água, tive um debate com o Langoni, no Congresso, sobre a renegociação da dívida. Um debate azedo, mas civilizado. No dia seguinte fui com o Luciano a Nova York conversar com alguns banqueiros. É incrível que em 1981 (outubro de 1981) eles ainda não estivessem convencidos da crise iminente. Na mesa de um deles estava a *Gazeta Mercantil* com o relato do debate. O banqueiro, um novaiorquino típico, falou assim: “Espero que você não tenha razão” Eu disse: “a festa acabou”

A miopia não se restringia à esfera do mundo dos negócios. Em 1981, o Luciano Coutinho, a Conceição e eu fomos a um seminário no México. Lá, economistas de Cambridge iriam apresentar um modelo do Kaldor de *export led growth*, ajustado para o México. Estava também a Alice Amsden, a economista que escreveu sobre a Coréia: *The Asian Next Giant*. Recebemos previamente os textos. Ouvimos a exposição dos ingleses. Estavam vendendo o modelo para os mexicanos às vésperas da moratória. A discussão era sobre as condições de um crescimento liderado pelas exportações. Nós, os “chatos” dos brasileiros, começamos a

ressaltar que havia o risco de uma crise cambial. O John Eatwell, economista de Cambridge, hoje lorde, fez uma malcriação para a Conceição, dizendo que ela estava atrapalhando o debate. “Não dá para discutir com esses latino-americanos, nós estamos discutindo um modelo sério, vocês vêm com esse negócio de financiamento etc.” O Fernando Fanzylber e o Arturo O’Connell, que também estavam lá, ficaram espantados com a atitude dos ingleses. Afinal, em que mundo viviam? O México ia quebrar exatamente um ano depois, exatamente um ano depois. Nós só estávamos falando: “Olha os dados aqui, olha como estão frágeis, financeiramente, o México e o Brasil” O clima esquentou. Fomos para cima deles, batendo no modelo. No dia seguinte o Kaldor obrigou o John Eatwell a pedir desculpas para a Conceição, na hora do café da manhã. O Luciano sabe reproduzir bem o episódio. Eatwell falou: “Eu fui arrogante, inconveniente, insultuoso, peço desculpas” A Conceição mal tirou o olho do ovo frito que estava comendo. Esse episódio demonstra como havia falta de clareza a respeito do que estava acontecendo, quer dizer, aquele bando de ingleses nem desconfiava do que estava acontecendo. Os banqueiros americanos estavam fazendo *business*.

No Brasil, a desvalorização de 1979 foi seguida da prefixação da correção monetária e cambial. Em 1980 nós tivemos o maior déficit comercial do pós-guerra, estimulado por uma tremenda especulação com as importações. A inflação mudou de 40% para 100% e depois de 100% para 200%, depois da segunda desvalorização, a de fevereiro de 1983. Nesse momento, o debate sobre a inflação acirrou-se e saíram os primeiros textos sobre a inflação inercial. A Conceição e eu escrevemos o artigo “Reflexões Sobre a Inflação Contemporânea”, que saiu no livro do José Márcio. Nós usamos um modelo de preços que está no Paul Davidson, diga-se, inspirado na distinção do Hicks entre preços flexíveis e preços rígidos. Um modelo de alta inflação com escassez de divisas.

Meu método de trabalho

Eu tenho um método de trabalho que está subjacente a toda a minha produção acadêmica. De maneira geral, posso descrevê-lo da seguinte forma: eu leio todos os relatórios, informes e artigos das publicações do Banco Central, do BIS, do FMI. Todos os dias consulto a Internet, vou à biblioteca da Unicamp para ler os relatórios e examinar os dados. Eu guardo este material no computador, e marco as tendências que acho mais importantes. Quando tenho que escrever sobre algum tema, vou ao banco de dados e vou puxando as coisas.

É impossível você trabalhar em economia sem ter uma curiosidade incontrolável pelo mundo real e as interpretações sobre o que está acontecendo. Agora, veja, a referência empírica não é só os dados que você colhe dos relatórios. É importante também que você acompanhe o

rumo do debate público, porque a economia tem uma dimensão reflexiva, como diz o Habermas; então o pesquisador sempre tem que olhar como é que está o debate. É complicada essa relação entre teoria e política econômica. O debate sobre política econômica às vezes ilumina certas questões teóricas de maneira insuspeitada. Você descobre ali uma coisa que você leu há muito tempo, que você não percebeu direito o seu significado. Em resumo, quando confrontado com uma questão prática é que surge o significado real daquilo. Por isso, não é como estar em um laboratório, não é a mesma coisa.

Eu não sou, longe de mim, alguma coisa parecida com um economista. Não tenho a menor vocação para isso, nem a menor habilidade para ser economista, mas sei trabalhar bem os dados. Analisando a literatura atual, percebo que este trabalho sofisticado sobre os dados resulta em quase nada substancial para o entendimento da realidade. Na maioria das vezes os textos são inconclusivos, os testes não são conclusivos, isso quando as conclusões já não estão contidas nas premissas. É muito esforço para pouco resultado. Contudo, com uma boa dúvida teórica na cabeça é possível usar inteligentemente a econometria. David Gordon publicou, antes de morrer, um artigo sobre as relações entre poupança e investimento. Ele mostra que a determinação vai do investimento para a poupança e que a teoria convencional é descuidada e ideológica. *Putting the horse back before of the cart* é um exemplo de um texto limpo, que não enrola.

A economia é uma área de conhecimento que exige muitos talentos. Portanto, não adianta você ser um bom matemático. Você pode ser bom em matemática e péssimo economista; um bom estatístico e um péssimo economista. É uma combinação de habilidades, inclusive formais e quantitativas, que exigem formação científica e cultural amplas. As escolas de Economia deveriam oferecer cursos de Física, Biologia, mais Sociologia e Filosofia. Apresentar os debates contemporâneos nestas áreas do conhecimento.

Como afirmei anteriormente, é importante o acompanhamento do debate público. Eu pelo menos não me considero capaz de ficar infenso à discussão do momento, não me considero capaz disso, embora acredite que tem gente que é. A fumaça, no caso das Ciências Sociais, denuncia o fogo. A Economia é um saber empírico, histórico e hermenêutico. Não é possível analisar sem compreender. Mudam freqüentemente as regras do jogo entre os atores e as estruturas, ainda que certas relações continuem sendo constitutivas do sistema econômico e permitam compreender as leis de movimento e de reprodução. Em Economia não é possível, por exemplo, que se fale em capitalismo sem falar nos “capitalismos”. Aliás, este conceito só pode existir enquanto unidade das diferenças. Os tempos e os espaços não são newtonianos nas Ciências Sociais. São criados pela ação humana coletiva e quase nunca as intenções combinam com os resultados da ação. E é isso que condena esta forma dominante de

organização da vida social moderna à transformação incessante e contraditória. O passado, a ação humana coletiva cristalizada nas instituições e formas de convivência existentes têm peso na configuração das práticas do presente. É preciso distinguir historicidade de evolucionismo. Sobre este aspecto, penso que os economistas deveriam ler Norberto Elias, entre outros.

Eu acredito que devo muito à minha formação não econômica. E não estou dizendo isso sem nenhum cabotismo. Na verdade, nas horas vagas eu leio outras coisas além de economia. Quero declarar que tenho prazer em ler economia, mesmo textos com os quais não concordo. Dizia meu amigo Bartô, já falecido, nordestino de inteligência rara, um getulista à direita: é preciso ler os clássicos. Não é possível falar da sociedade moderna sem Giordano Bruno, Maquiavel, Montesquieu, Hobbes, Locke, Rousseau. Depois Smith, Ricardo, Marx, Walras.

A minha incessante atividade jornalística reflete esta preocupação com o debate público. Iniciou-se quando o Mino Carta criou a *Veja* em 1968. Lá, trabalhei com ele na editoria de economia. A partir de meados dos anos 1970, esta atividade tornou-se mais intensa porque eu comecei a escrever uma coluna no *Última Hora*, do Samuel Wainer, a convite do Jorge Cunha Lima. Isso obriga a expressar as idéias - se é que se tem alguma - em um espaço limitado. É ruim ter que falar toda a semana. Francamente, muitas vezes você não tem nada a declarar. O primeiro artigo que eu escrevi no *Última Hora* foi sobre a crise do petróleo em 1973, no final de 1973. Chama-se "O Outro Lado da Crise do Petróleo"

A partir dos anos 1990 eu me dediquei, quase que inteiramente, a estudar os círculos financeiros internacionais, as mudanças dos mercados financeiros. Eu quase que só passei fazendo isso, lendo tudo que pintava, os relatórios tudo, como é que isso ocorre, desde o final dos anos 1980, na verdade desde que eu saí do governo.

Sobre os desdobramentos recentes das idéias econômicas, penso que o Buchanan é um ultraconservador *outsider*. Na verdade, ele está fora da corrente principal. Isso permitiu-lhe formular uma teoria, uma hipótese sobre o capitalismo, na verdade, entre o interesse privado e o bem-estar coletivo, que, a despeito de logicamente atraente, é totalmente idealista e ideológica no pior sentido. É um freira distribuindo santinhos num bordel às cinco da manhã quando ninguém pagou a mulherada. Ou ela entrou por engano, e não sabe o que está acontecendo, ou quer tirar uma casquinha. Entre os conservadores, como o Roberto Campos, prefiro o Hayek. Este, pelo menos, vê o mercado como um processo de disseminação de informação, o mais compatível com a liberdade total do indivíduo, mas não tem qualquer pretensão de fazer afirmações sobre a justiça dos resultados. O sistema de mercado, a sociedade de mercado é a única compatível com a liberdade e é a que produz o melhor

resultado do ponto de vista dele. Não sei se é o mais justo. Está olhando a concorrência como um processo de premiar os vencedores, e quem ficar para trás, azar. É por isso que o Shackle, influenciado pelo Hayek, resgatou no Keynes a dimensão da incerteza radical e do investimento como ato de criação, uma vitória da cobiça sobre o medo do futuro. Eu acho essa visão a mais rica do capitalismo. São os “espíritos animais” e não a tropa de autômatos racionais que movem a economia capitalista.

O Hayek tinha horror das pretensões científicas na economia porque acha que isto não é compatível com a natureza do objeto: “Não me venha com essa história da formalização porque o objeto se sujeita a esta camisa-de-força. Ele exagera porque a forma de demonstrar é importante, e às vezes a formalização torna mais claro aquilo o que você quer dizer. No livro que estou prestes a publicar, utilizo um modelo de ajustamento que, embora não apresente nenhuma descoberta nova, permite definir com maior clareza as relações entre as variáveis.

Sobre a chamada “Escola de Campinas”, deve ficar claro que ninguém teve a intenção de criar uma escola. Isso seria uma pretensão ridícula, foi acontecendo no debate, na discussão, nas influências. Por exemplo, o Luís Antonio, a Maria Lúcia da FGV, o Fiori, o Carlinhos Medeiros da UFRJ podiam perfeitamente ser da “Escola de Campinas”. O Luís Antonio não agüentaria a distância de São Paulo. A FGV já é muito longe da casa dele. Mas também nós tivemos muitos professores ao longo tempo que não tinham a mesma visão, como é o caso do Samuel Pessôa. O Samuel deu aula em Campinas. Faz parte da nossa tradição ler os outros, com direito a interpretar da maneira que a gente gosta. Como, aliás, todo mundo faz conosco.

Um dia destes, recebo um telefonema do Phillip Arestis dizendo que ele estava fazendo um dicionário de economistas dissidentes e que ele queria que eu mandasse meus dados. Achei isso estranho, porque eu nunca mandei um artigo para uma revista do exterior. Por que é que eles me escolheram? É porque os nossos alunos vão estudar lá. Eu nunca me interessei por essa coisa de divulgar o próprio nome lá fora. Nós éramos provincianos nesse aspecto, não estávamos muito preocupados em ganhar visibilidade internacional. Talvez para a geração mais nova não seja assim.

Além da divisão de tarefas, existia uma convivência entre nós que eliminava qualquer disputa pessoal. Até certo ponto, isto decorria de uma exigência da segurança coletiva. Não se trata de virtudes, mas das circunstâncias. A sociedade brasileira era outra. Vamos falar o português claro, todos nós tínhamos uma militância política de esquerda. Em Campinas, há um ambiente que eu não sei se vai se sustentar. Mas é um ambiente que tem uma marca, que é o de andar juntos. Enfim, o coletivo tinha mais valor do que o sucesso pessoal.

Insisto que nada disso tem a ver com as virtudes pessoais. É por isso que às vezes as pessoas acham que é uma “patota” Ninguém fazia pregação política em sala de aula. A convergência era obtida no debate. Entre nós existem divergências que não se resolveram até hoje. Mas sem um mínimo de coesão, nós já teríamos sido destruídos. Teríamos sido massacrados porque a Conceição foi presa, eu tive que fugir em 1975 quando o negócio apertou, e o João Manuel teve que ficar tomando conta daquilo. E não dava para você driblar na área.

Agora, daqui para frente a Escola tem que avançar, não pode ficar afagando a cria. A cria está aí, ela vai ter o destino que tiver. O João Manuel está aposentado, a Conceição está aposentada. Ainda que nós estejamos lá, sempre continuamos lá, dando cursos e discutindo. Mas o Paulo Baltar, o Davidoff, o Julio Sérgio, o Ricardo Carneiro, o Mariano, o Antonio Carlos, o Zé Maria, o Otaviano, a geração intermediária e outros mais jovens têm boa formação e vão tocar o barco.

Essa nova geração enfrenta um outro ambiente. Hoje não se pode fazer julgamentos peremptórios, julgamentos intelectuais do tipo: “o sujeito é um ignorante”. A vida universitária, hoje, tem outros valores e outro tempo. É preciso publicar *papers*, conseguir de qualquer jeito uma citação numa revista, produzindo artigos irrelevantes, exercícios que são modificações infinitesimais em outros exercícios irrelevantes.

Eu não acho que Campinas vai continuar como era, porque não tem sentido. O que já foi feito, já foi feito e deve-se fazer outra coisa. Muitos deles tecnicamente são muito mais habilitados do que éramos. Para desespero de muita gente, conseguimos criar esses tipos, que vão incomodar muito mais, esses tipos híbridos. Eles são muito bons tecnicamente. Nós éramos do tempo do amadorismo, e eles são do tempo do profissionalismo. Estão com a mão no comando, a palavra está com eles. Agora, o que vai acontecer ninguém sabe.